

# História Social das Mulheres: uma análise luso-brasileira sobre a classe operária feminina<sup>1</sup>

PAMELA PERES CABREIRA

O campo das ciências humanas está em constante transformação, em uma busca progressiva por se compreender as dinâmicas da sociedade ao longo do tempo. Sobretudo na área da História, a escala teórica e metodológica alcançou significativas mudanças qualitativas com o passar das décadas, passando da história positivista para um ramo de perspectivas analíticas, na busca por se compreender os fenômenos humanos de forma mais abrangente. A noção de “história como problema” abrirá portas e traçará um novo sentido para o “ofício de historiador” expressão usada pelo medievalista Marc Bloch (2002) que em sua parceria com Lucien Febvre resultou na fundação da escola dos *Annales* em 1929.

Aqui há uma virada na interpretação da análise documental, das mentalidades e da própria concepção do que é se “fazer

---

1. Este artigo foi subsidiado por CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}.

história”, adentrando em um diferente prisma de uma “Nova História”. Elucidativa e fundamental, o abandono das verdades certas, do estudo das instituições, política e das grandes figuras abrirá caminho para a concepção, que aqui nos interessa particularmente, da história social em seu auge nos anos de 1970.

A Nova História Social, com raízes nesta viragem da escola dos *Annales*, fundamenta-se sobretudo na *experiência* do ser social e nas suas relações com a condição que o cerca, da noção do indivíduo e do coletivo. Nesta gama, a história passa a ser vista “de baixo para cima”, a partir de suas estruturas e das “diversidades individuais”, “levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social” (REVEL, 1998, p. 23). Os “jogos de escala” passam a estar em constante movimento entre estas concepções, indo do macro ao micro e *vice versa*, focando na experiência coletiva dos indivíduos dantes marginalizados pela compreensão e interesse histórico.

Importa destacar a obra do inglês Edward Thompson, que proporcionou uma renovação entre a história social e o marxismo a partir da análise da classe operária inglesa e da conceitualização de “classe” e “consciência de classe”. A classe “se faz”, é ativa em seu processo de construção partindo de condicionamentos sociais e experiências. A classe, para Thompson, forma-se a partir de si mesma, são agentes de sua própria história. Esta prerrogativa é-nos rica quando investigamos mulheres em seus espaços de experiência e sociabilidade, partindo da premissa thompsoniana. Os condicionamentos sociais impostos no lugar de presença e

participação das mulheres é uma construção baseada em interesses políticos, culturais e nas mentalidades. A construção de suas próprias histórias é uma sobreposição de cargas ideológicas, psicológicas e sociais que apenas quando superadas ou problematizadas, alcança o fator “consciência” sobre si mesmas, ou dos objetivos diretos que formam esta percepção de seu lugar histórico (THOMPSON, 1987). A História Social pretende e realiza estudos baseados na percepção humana, em suas relações com as mais diferentes determinações, como a política, economia, educação, sociedade, a cultura, enfim, de tudo que estruturaliza as condições humanas em suas trocas de circunstâncias.

Não seria de se excluir as críticas e problemas levantados pela abordagem da História Social. Teóricos pós-estruturalistas irão identificar que estes estudos baseiam-se nas “identidades prontas”, ou ainda que negligenciaria “as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiência de vida” (RAGO, 1995, p. 85). Outras críticas especialmente sobre as obras de Thompson recairão sobre uma precarização do estudo sobre mulheres, colocando-as em segundo plano, mais como agentes secundárias ou até mesmo romantizadas na narrativa histórica (PINSKY, 2009, p. 173). Nesta primeira carga das críticas, sobretudo do filósofo Michel Foucault e de estudiosos de sua vertente, acertam na difusão de um bloco unicaracterístico dos indivíduos, em formações por pares e por características que sobressaem à especificidade de seus agentes. Contudo, é preciso compreender que na histórica social e no marxismo, a individualidade é uma via

paralela na construção e na formação das engrenagens sociais. A junção de perspectivas da micro história e da história cultural ajudam a superar ou a complementar esta lacuna, de uma crítica válida e que necessita de ser levada em consideração. Já na segunda carga, a resposta é simples: Thompson nunca advogou ou se comprometeu a escrever uma “história social das mulheres”, e isso fez com que o autor mantivesse a sequência homogeneizadora de se estudar a classe operária partindo de um prisma sem distinção entre os sexos. Talvez, o que busco neste estudo é exatamente elucidar estas lacunas para podermos preenchê-las no futuro. Abrir caminhos para novas possibilidades.

Pois bem, seguindo esta trilha da história teórico-metodológica, chego por fim ao debate que me suscita neste artigo: como se perceber e como tem ocorrido a história das mulheres no Brasil e em Portugal? Esta escolha comparativa não é descabida. A historiografia percorre longos debates sobre esta relação do período colonial até a independência nacional brasileira. Quando chegamos ao século XX, os estudos analíticos sobre o Portugal contemporâneo se esvaem e tornam-se singulares. Esse é o objetivo não só deste capítulo mas dos demais que integram este volume: elucidar questões entre estes dois países que ainda mantêm uma importante conexão histórica em suas formações enquanto sociedade.

## Breves apontamentos sobre a uma Nova História Social das Mulheres

A iniciativa de se questionar e desenvolver uma história das mulheres está vinculada ao recurso metodológico apresentado pela história social. Os desdobramentos, a partir de uma clara necessidade de abordagem desta questão são diversos, mas partilham desta mesma fundação. O cunho conceitual da “história social das mulheres” ganhou um importante peso de significado quando atribuído por Pomata, na obra organizada por Michelle Perrot, *As mulheres e a história*, publicado em 1995. Quando nos debruçamos na historiografia contemporânea, o confronto teórico ainda ronda entre “gênero” e “história das mulheres”, sem se ter alcançado um diálogo que respeite mutuamente as características que abarcam ambos os conceitos. É concebível que a ideia original de Pomata teria residido nesta junção, sem, contudo, ter sido uma perspectiva levada a frente, o que por si só é uma perda criativa e científica para os que assim a interpretaram.

Para elucidar esta questão, Pinsky nos aponta que

Em outras reflexões, o termo *sexo* foi questionado por remeter ao biológico e a palavra *gênero* passou a ser utilizada pra enfatizar aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais. Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino”, caracterizou-se o então “Estudo de Gênero” como categoria de análise, tendo dentro desta historiografia a preocupação

em compreender as alternâncias das figurações e representações de gênero ao longo dos processos passados e presentes e como estas relações interferem nestes processos de mudança e representatividade. [...]“Como uma categoria de análise, gênero por si só não pressupõe ou descreve nada além do fato de que percepções das diferenças sexuais são capazes de nortear relações sociais. Não traz em si um conteúdo. Não se refere a um objeto específico. Não define de antemão condições, identidades e relações. Portanto, estudar gênero demanda pesquisa” (PINSKY, 2009, p. 162-164).

A partir desta colocação da autora, nos é possível repensar o lugar da categoria analítica de “gênero”, enquanto formação e construção social em torno do indivíduo em junção com uma perspectiva das relações sociais, levando-se em consideração as formas de produção e do trabalho; a educação; as condições de moradia; as relações religiosas ou a ausência delas; conceito e identificação familiar etc. Se o gênero é a marca da construção social em torno dos indivíduos, de suas características formadas a partir de uma concepção que lhes é atribuída socialmente, e, em contrapartida, a história das mulheres é a busca por preencher esta lacuna na história ultrapassando os ideais essencialistas do que é ser “mulher”, é de se pesar que ambas se complementam e não concorrem entre si. A partir desta ideia, proponho uma reavaliação destes conceitos entrecruzados, para o que irei chamar de “nova história social das mulheres”, um conceito “problema” e não apenas uma formalização teórico-metodológica. Pretendo, ao abrir este campo de debate, a inserção da mulher como um

agente ativo ao longo da história e sua presença na historiografia deve ocorrer de forma a permear os períodos históricos, na construção de sua identidade e das relações sociais de maneira amplamente concebida.

Esta conceitualização é uma provocação. Uma introdução à perspectiva que precisa ser aprofundada e repensada para os estudos sobre mulheres, de forma a enriquecermos os conteúdos produzidos sobre a temática, sem identitarismos e distanciamento de outras percepções históricas ou sem correlacionar o que podemos somar à esta ferramenta analítica. Partindo destas provocações e introduções, sugiro confrontar em duas partes, uma amostragem da produção bibliográfica sobre mulheres – e aqui vou considerar as diferentes abordagens–, primeiramente no Brasil e na sequência, em Portugal, de maneira a percebermos a importância que essa temática tem ganhado nos estudos das ciências sociais.

## O Brasil vanguardista nos estudos sobre Mulheres

Margareth Rago (1995, p. 81) apontava que a recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, ainda restrito “para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas”. A maior impulsão das mulheres na academia e no

mercado de trabalho formal, em paralelo com as movimentações feministas desde os anos 1970, terá como reflexo a preocupação de repensar o papel histórico das mulheres na produção historiográfica. Além de percorrer os trilhos já citados anteriormente, da história social, marxismo, história cultural e pós estruturalismo, a preocupação com esta abordagem, problematizando o que até então era a “normalidade” na produção e na narrativa histórica, ganham outra faceta, outros questionamentos que são multiplicados em investigações até os dias atuais.

No que toca à produção sobre a mulher trabalhadora, ressalta-se que “até a década de 1970 expressavam uma visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando a atividade feminina e as desigualdades de gênero no mercado de trabalho” (BLASS; HIRATA; SOARES, 1991, p. 10-11). É de se evidenciar duas pioneiras nesta apresentação da condição da mulher trabalhadora em Heleieth Saffioti (1969) e também de Eva Blay (1978); com um enfoque comparativo, inaugura na sociologia o trabalho *Masculino e feminino na linha de montagem*, de Elisabeth Souza-Lobo em 1985, e destaque para sua obra *A classe operária tem dois sexos*, de 1991. Com a repercussão das manifestações feministas “da segunda onda” e de suas reivindicações, há uma importante inserção também na problematização do trabalho doméstico, enquanto *trabalho*; a influência das demandas dos movimentos sociais alterou e ressignificou muito da produção no campo das ciências humanas no que toca às especificidades do papel histórico das mulheres.



Logo em princípio dos anos 1980 também inaugura-se no país a análise acadêmica – criando uma abertura legitimadora – do feminismo como movimento social influenciador das conquistas das mulheres, ressaltando a obra da estadunidense June E. Hahner, em *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937* (1981), com especial atenção à emergência do feminismo no início do século XIX e a preponderância das mulheres burguesas na imprensa brasileira.

Rago identifica uma segunda viragem nos estudos acadêmicos sobre mulheres, preocupados em

revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista (1995, p. 82).

Neste sentido, as mulheres emergem nas pesquisas como sujeito histórico, desenvolvendo papéis sociais identificáveis. A relação entre as “vagas feministas” e suas reivindicações refletem o panorama analítico em toda a academia ocidental, e o Brasil certamente ainda é um precursor na alavancagem desta “história problema” em relação às mulheres, que passaram a ter cor, classe, nacionalidade, sexualidade... história.

A mesma autora publicará, em 1985, *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar*, e em 1991, *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, trabalhos

estes que inauguram, em alguma medida, a relação foucaultiana das mulheres entre a perspectiva do imaginário, das relações de poder e nas práticas discursivas, sendo o Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas um local de referência na produção historiográfica desta vertente. Também na UNICAMP, e tomamos esta universidade como um exemplo demonstrativo, se institucionaliza, em 1993, o Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, “resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em campos disciplinares distintos que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero”,<sup>2</sup> núcleo este marcado pela interdisciplinariedade e grande expansão deste ramo investigativo pelo país.

A organização da coletânea *História das Mulheres no Brasil*, por Mary Del Priore, em 1997, irá marcar pesquisas que percorrem largo recorte temporal e temático. Nas palavras da organizadora,

Este livro se propõe a contar a história das mulheres. Pretende fazê-lo atingido a todos os tipos de leitores e leitoras: adultos e jovens, especialistas e curiosos, estudantes e professores. É um livro que procura arrastá-los numa viagem através do tempo, fazendo-os ver, ouvir e sentir como nasceram, viveram e morreram as mulheres, o mundo que as cercava, do Brasil colonial aos nossos dias. A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da

---

2. O *Pagu*. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu>. Acesso em: 1 nov. 2020.

criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2004).

À chamada da historiadora Michele Perrot – na obra de fôlego que se tornará uma referência sobre o estudo das mulheres, *História das Mulheres do Ocidente*, organizada em parceria com Georges Duby, publicada em França em 1991 e no Brasil em 1993 –, para que a academia se voltasse aos “silêncios da história”, esta coletânea inaugura com peso a preponderância dos espaços de pesquisa sobre as problemáticas não apenas teóricas, como a relação social entre o feminismo e as representações de investigação, mas também sobre temas como o cotidiano feminino indígena (RAMINELLI, 2004), ou a sexualidade da era moderna e a família burguesa (D’INCAO, 2004) ou até mesmo sobre o erotismo nas relações inquisitoriais (VAINFAS, 2004), apenas alguns casos para exemplificar a diversidade temática e temporal que este livro contemplou com maestria, abrindo caminhos para o irrompimento de estudos nesta área no país. A partir dos anos 2000, mas sobretudo na última década, a academia brasileira tornou-se uma referência mundial na construção teórica sobre o estudo de gênero – seja por vias do pós-estruturalismo ou da virada linguística –, seja no campo teórico marxista na problematização das relações entre sociedade e sexo, feminino e masculino, interpretações binárias ou não binárias. Os estudiosos brasileiros

continuam enfrentando a tentativa de desmonte e desvalorização desta área analítica, mesmo no campo político público, como por exemplo a falácia da “ideologia de gênero”, tão vergonhosamente disseminada na mais completa mentira e descaramento por candidatos da extrema direita, na última eleição presidencial. Cabe aos cientistas enfrentar estas manipulações retrógradas com produções de excelência para se pensar e se organizar uma história que não continue a ser naturalizada e estruturada apenas a partir do referencial masculino, buscando sempre relações de extensão para com a comunidade. As mulheres não “participaram” na história. Nós fomos e continuamos a ser agentes ativos na construção da sociedade.

## Portugal e os estudos sobre Mulheres

“São escassos os estudos que tenham por objeto os movimentos de mulheres nos últimos 20 anos em Portugal”. Assim Manuela Tavares inicia a introdução de seu livro *Movimento de Mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*, publicado em 2000. Uma obra de relevo e de grande importância na academia nacional, buscará mapear os movimentos feministas e *femininos* após o 25 de Abril de 1974, constatando uma ampliada gama de organizações que projetaram conquistas legais e institucionais em Portugal nos últimos anos.

O estudo sobre mulheres no país tem sido concebido em três correntes abrangentes: a) História das Mulheres, tanto em

seu eixo das figuras públicas e famosas (poetisas, monarcas, artistas, jornalistas, políticas, etc.) seja da mulher cotidiana (em menor número), ou seja, uma relação binária dentro desta categoria analítica entre homens e mulheres; b) história da organização e dos movimentos femininos/feministas no século XX; c) mulheres na sociedade e cultura, relação interdisciplinar de gênero, estudos amplos nos mais diversos temas e áreas.

A primeira corrente constitui a maior produção historiográfica. Com a liberdade advinda com a ruptura do regime autoritário do Estado Novo durante o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, se inaugura uma maior entrada de mulheres no ensino superior, a tendência de estudos sobre as mulheres foi destacada sobretudo na segunda metade dos anos 1970 e na década de 1980.<sup>3</sup> Contudo, não procurarei classificar de forma estanque estes grupos apresentados, buscando, contudo, apresentar as variáveis nos principais estudos desenvolvidos em Portugal, de forma a construir um panorama sintético.

Em 2002, Irene Vaquinhas publicou um breve texto sobre as possibilidades abertas no campo da pesquisa científica em Portugal após o 25 de Abril, onde a História das Mulheres mar-

---

**3.** Em 1970, a taxa de analfabetismo em Portugal rondava os 26%, com maior incidência nas mulheres. Em 2011, a taxa chegou a 5,2%. No ensino superior, há um aumento de 28% de inserção das mulheres entre 1970-2011. Em 1970, havia um total de matriculados de 38.335 (55,6% homens e 44,4% mulheres); em 1991, um total de 163.592 (44,8% homens e 55,2% mulheres); já em 2011, há um total de 384.774 inscritos, sendo 45,7% de homens e 54,3% de mulheres. Cf. Estatísticas de Saúde, INE, I.P., *25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 40.

cou um campo que obteve fôlego a partir desta abertura. Contudo, para ela, em Portugal, “os estudos permanecem, salvo raras exceções, mais convencionais, empíricos, de cunho informativo e positivista ou neo-positivista” (VAQUINHAS, 2002, p. 148), estando, até então, voltados para uma “história contributiva”, oposto à historiografia anglo-saxônica, francesa ou estadunidense preocupadas em relacionar diálogos e conceitos sobre o se pensar a mulher na história.

Algumas obras destacam-se sobre esta característica da História das Mulheres: Silva (1981; 1989; 1999) sobre “as mulheres portuguesas”; Alvim (1988; 1989; 1997) sobre a marquesa de Alorna e as relações com o feminino. A mesma autora ainda irá decorrer sobre a mulher na expansão marítima, moda e beleza, a educação e sobre as donzelas no século XIX.<sup>4</sup> Sobre personagens famosas na história portuguesa, como Carolina Michaelis e Ana Luísa Freitas, Delille (1985, p. 1997); sobre Maria Lamas (FIADEIRO, 1999); a respeito de Ana de Castro Osório (MARQUES, 1990) ou ainda sobre Angelina Vidal (NUNES, 1986). Sobre mulheres e políticas em uma análise institucional também há referências importantes (BETTENCOURT, 1995;

---

4. Cf. Maria Helena Vilas-Boas Alvim (1997). *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República. Conselhos e alvitres*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Maria Helena Vilas-Boas Alvim (1993). “A mulher portuguesa e a expansão. Notas de crônicas e outros escritos”. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, v. VII. Maria Helena Vilas-Boas Alvim (1990). “Da educação da mulher no Portugal oitocentista: notas de um estudo”. *Revista de Ciências Históricas*. Universidade Portucalense, v. V.

ESTEVES, 1991; 1998; GUIMARÃES: 1989; HELENA & KONING, 2006).

Destaca-se ainda outros dois grandes subtemas que emergem com força na virada historiográfica pós-25 de Abril, sendo o estudo da “mulher e família” e “mulher na educação”. Estas duas categorias parecem sobressair-se na temática sobre o estudo das mulheres e com preferência em análises do século XIX e abordagens sobre o Estado Novo.<sup>5</sup> Estes temas bem como o feminismo e as condições de vida das mulheres são inseridos na produção historiográfica por motivos que podemos apontar como institucionais e na via de incentivo de fatores externos. Tanto na criação de programas ou disciplinas dentro das Universidades, o estudo

---

5. Apenas alguns exemplos, Cf. Helena Costa Araújo (2000). *Pioneiras na Educação. As professoras primárias na viragem do século: Contextos, percursos e experiências* (1870-1933). Lisboa, Instituto de Inovação Educacional. Ana Nunes de Almeida (1986). “A fábrica e a família – tópicos para uma reflexão”. *Análise Social*, v. XXII (91). Maria Norberta Amorim (1995). “Família e história: balanços e perspectivas”. *Ler História*, v. 29, p. 5-18. Helena Costa Araújo (1991). “As professoras primárias na viragem do século: uma contribuição para a história da sua emergência no estado (1870-1910)”. *Organizações e Trabalho*, v. 5/6, p. 127-143. Luís A. Baptista (1986). “Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30. O quadro normativo”. *A mulher na Sociedade Portuguesa; Visão Histórica e Perspectivas Atuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, v. I, p. 191-219. Rui Casão (1986). “Família e divórcio na Primeira República”. *A mulher na Sociedade Portuguesa; Visão Histórica e Perspectivas Atuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, v. I, p. 153-189. Maria Manuel Vieira da Fonseca (1984). “Os papéis do homem e da mulher na família”. *Educação e Trabalho*, 30. Joaquim Ferreira Gomes (1982). *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.

das mulheres ganhou um novo campo de abordagem, ou como aponta Vaquinhas:

[...] a história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emergiu, beneficiando de uma série de circunstâncias favoráveis que proporcionaram o seu acolhimento no seio da disciplina histórica (VAQUINHAS, 2002, p. 149).

Contudo, é a combinação dos movimentos feministas na busca por uma restituição da memória coletiva ou mesmo de iniciativas reparativas que irá impulsionar o estudo sobre as mulheres portuguesas, sem, contudo, problematizar ordens de estatuto social, classe ou mesmo relações sociais existentes, tendo, na maior parte dos casos, um estado causal entre homens e mulheres (VAQUINHAS, 2002; COVA, 1999).

Sobretudo na década de 1980 e 1990 algumas obras abordaram os caminhos tomados pelos grupos políticos e/ou feministas após o período revolucionário, em uma constante busca na compreensão tanto das conquistas quanto dos falhanços dos direitos das mulheres (na prática e teoricamente) com a implantação da democracia representativa. Ressaltamos, sobretudo: COUTO-POTACHE, 1982; GUIMARÃES, 1991; ALMEIDA, 1993; JOAQUIM, 2006, 2007; MAGALHÃES, 2008; PENA, 2008; PERISTA, 2002; TAVARES, 2000b. Suas obras são destacadas por terem moldado uma perspectiva



organizacional em Portugal em diversos agrupamentos de mulheres e na problematização dos feminismos correntes no país.

Quando apontamos os fatores exteriores, referimo-nos especificamente à Comissão da Condição Feminina, criada em 1977 e que se estenderá nas duas décadas seguintes, bem como programas fomentados após a entrada na CEE. O florescer de diversas revistas também contribuirá e muito para que pesquisas sobre mulheres sejam desenvolvidas no país, algumas advindas de colóquios com atas publicadas e diversos estudos.<sup>6</sup> Salienta-se a primeira revista portuguesa sobre a história das mulheres, *Faces de Eva*, fruto da Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, em 1999, bem como a revista *ex æquo*, criada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres também no ano de 1999. A revista *Análise Social*, multidisciplinar, foi e continua sendo um dos espaços mais férteis nas publicações no campo da História sobre a relação mulher e trabalho.

No campo da mulher trabalhadora em suas mais diversas faces, Almeida (1984; 1985; 1993) irá relacionar o papel da mulher no campo produtivo e doméstico, os processos de migração e o impacto nas famílias e no papel da mulher trabalhadora. Baptista (1999; 2012; 2016) decerto é um dos maiores contributos nesta perspectiva, problematizando o papel da mulher trabalhadora e de seus direitos na origem do Estado-Providência, trazem-

---

6. Cf. Mulheres em Portugal e A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais, frutos de dois colóquios em Lisboa e Coimbra, no ano de 1985.

do importantes dados sobre a condição do operariado feminino em finais do século XIX até a década de 1940, onde Dias (2000) também irá traçar um perfil sobre as mulheres no movimento operário na Primeira República. Em paralelo, Matias (1984; 1986) irá privilegiar o estudo das mulheres operárias tabaqueiras em finais do XIX. Barradas (1999) também irá abordar a relação contraditória entre os “feminismos” e o movimento operário, com destaque a se compreender que o feminismo não é algo unísono mas sim uma multifacetagem de correntes, sendo necessário compreendê-las para não se confundir um único “feminismo”. Sobre às relações de mobilidade, qualificação e trabalho destacam-se Ruivo (1986) e Ferreira (1993) priorizando uma narrativa da mulher e o emprego.<sup>7</sup>

Com importantes contribuições sobre a mulher e o trabalho, as pesquisas citadas não fazem chegar ainda, contudo, a uma aproximação ou da problematização acerca de gênero e história social como ferramentas de análise. Como bem destaca Alves (2017), há um “silêncio ensurdecador” sobre o estudo das mulheres em Portugal – em sua pesquisa específica, sobre as militantes sindicais no início do século XX. Silêncio este ainda maior tocante ao se tratar das particularidades da vida operária feminina.

Talvez uma exceção mais próxima a este caso seja a obra de Celeste Vieira, *Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindi-*

---

7. Ver também Mulher, Mobilidade e Cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 1998.

*cato do serviço doméstico* (1960-1986) (2018), que apesar de não se embrincar necessariamente no campo das discussões teóricas sobre classe operária e gênero, tem uma importante preocupação em trazer para o foco de análise um grupo de mulheres especialmente marginalizadas na história da historiografia abarcando, em partes de sua pesquisa, o período revolucionário. Declara, ainda, que sua obra, fruto também de seu mestrado em Educação, Gênero e Cidadania, “é um ato de justiça, também porque não se limita a narrar uma história de subalternização decorrente da classe, mas também decorrente do sexo” (2018, 13).

Apesar da afirmação de Silva no primeiro número da revista *ex æquo*, de que “em história das mulheres o conceito de gênero é constantemente utilizado na prática sem que os historiadores *percam tempo com a sua análise ou o coloquem em evidência em seus estudos*” (SILVA, 1999, p. 32, *grifo meu*), recusando que os estudos sobre mulheres devam ser interdisciplinares, entendemos que, pelo contrário, não apenas a história ou qualquer outro campo da ciência deva ser bastonária em forjar conceitos que fiquem única e exclusivamente fechados a estes campos, mas que deve haver uma troca e uma relação entre as áreas – quando necessária – para que possamos ultrapassar o sectarismo dentro das nossas próprias análises e pesquisas. Parece-me que falar de gênero em Portugal até recentemente, era uma deambulação acadêmica, misturando militância feminista com pesquisa científica. Projetos recentes entre pesquisadores/as brasileiros/as, estadu-

nidenses, espanhóis, alemães, ingleses dentre outros<sup>8</sup> demonstram como utilizar a categoria gênero no campo da História é vantajoso se a ideia é perceber não apenas a relação entre homens e mulheres, mas também as particularidades na construção identitária cultural e social de cada um.

Lopes, em contrapartida – também no primeiro número da *ex æquo*, elucidará uma importante posição teórica num entrelaçamento entre a análise do sexo (privilegiada pela História das Mulheres) e do gênero, quando aponta que

---

8. Cf. Entre muitos outros: Joana Pedro (2011). “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan/jun, p. 270-283. Verena Stolcke (1990) “Mulheres e Trabalho”. *Estudos Cebrap*, 26. Fabiane Popinigis (2015). “E.P. Thompson e a experiência da classe trabalhadora”. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (org.) *Classes e lutas de classes*. São Paulo: Annablume. Scott Joan (1987). “On language, gender and working-class history”. *International Labor and working-class history*, n. 31, p. 1-13. Dorothy Thompson (2013). “Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada”. *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2. Catherine Hall (2013). “La historia de Samuel y Jemina: Género y cultura de la clase trabajadora em la Inglaterra del siglo XIX”. *Revista Mora*. Buenos Aires, v. 19, n. 2. Gisela Bock (1991). “La historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de um debate internacional”. *Historia Social*, v. 9, Espana, Universidad de Valencia. Cinzia Arruzza (2015). “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo”. *Revista Outubro* 23: 34-58. Pilar Díaz Sánchez (2015). “Historia social e Historia cultural de las mujeres. Apuntes para um debate”. *Revista de Historiografia* 22: 13-23. Gloria Niefel Cristóbal (coord.). (2003). *Mujeres y hombres en la España franquista: Sociedad, economía, política, cultura*. Madrid: Editora Complutense. Importantes núcleos de pesquisa sobre gênero: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

não separámos os conceitos género e sexo; antes pelo contrário, operámos uma espécie de ‘miscigenação’ entre ambos, fazendo jus teórico à passagem cronológica de uma visão biológica, mais comum, para uma outra, cultural e social, actualmente aceite (LOPES, 1999, p. 45).

Mesmo com seu tema de pesquisa voltado para o século XIX, a autora desenvolveu um estudo que relacionasse ambas as análises, sem *perder tempo* com descrições alongadas conceituais, mas sim, demarcando uma posição teórica necessária em sua pesquisa. Em um volume publicado em 2001, intitulado *Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém*, há também um interessante resgate teórico e de memória sobre as operárias que ali trabalharam, rebelaram-se, transformaram-se. Buscaram “entender o estado mental da sociedade em que esta Mulher concreta, a mulher operária de Sacavém, da Fábrica de Loiça de Sacavém, viveu” (ASSUNÇÃO, 2001, p. 13-15). e concluem

que a condição feminina não é um dado biológico, de nascença. É isso sim, uma questão cultural”, onde estas operárias vivenciaram papéis historicamente assumidos e transmitidos (ASSUNÇÃO, 2001, p. 13-15).

Desta feita, o campo de análise entre história das mulheres e de género começou a ser possível com a abertura de programas e de diálogo inter e multidisciplinar em algumas universidades portuguesas, havendo ainda longo caminho a ser trilhado para

que se quebre o estigma do cruzamento de estudos sobre gênero, marxismo e história social das mulheres.

## Notas Finais

Um desafio impera à nós, investigadores e investigadoras que se apoquentam em identificar as diversas lutas cotidianas, políticas e sociais sobre mulheres, sem cairmos nas redes do identitarismo ou do individualismo como formas autênticas e únicas de organização social. O Brasil vivencia uma onda fascizante e antidemocrática desde 2016, agravada nos dois últimos anos do governo da extrema direita bolsonarista, fruto não apenas de um golpe mas também da fragilidade resultante do reformismo e das conciliações de classe. As mulheres foram amplamente indignificadas na campanha deste governo, sofremos ataques dos mais variados, ultrapassando o machismo e a misoginia. O mesmo sofreu a comunidade LGBTQ+ e os negros e negras do país. O retrocesso das políticas extremistas e neoliberais da direita brasileira afundam ainda mais somadas à crise pandêmica, e este é um importante momento para não deixarmos de lado os estudos que priorizam e identifiquem as lutas, muitas vezes, o protagonismo das mulheres enquanto agentes históricos. A superação da história enquanto uma narrativa condicionante aos “vencedores” abre-nos possibilidades de agir não apenas no mapeamento do passado para se compreender o presente, mas também para se alterar o

futuro. Perceber as construções sociais em torno dos indivíduos parece-nos essencial para enfrentarmos esta tarefa.

Em Portugal, um paralelo infeliz pode ser feito com os novos avanços da extrema direita, com a ascensão de partidos no parlamento e configurando novas coligações com partidos tradicionais (no campo conservador) no país, com discursos carregados de xenofobia e racismo, caindo na hipocrisia de negar a existência destes fenômenos. As ondas históricas não serão quebradas se medidas drásticas não forem tomadas. E para isso, é mais que necessário que a compressão da equidade entre homens e mulheres, entre pessoas com diversas orientações e escolhas sexuais, de diferentes “raças” e nacionalidades seja apreendida para além da educação conservadora, do senso comum que segrega, do individualismo de ideias que reprime. Traçar esses pequenos apontamentos sobre as mudanças e avanços sobre o estudo sobre mulheres nos dois países – esperamos – é carregar com alguma esperança e perseverança as lutas e conquistas do futuro, seja na academia ou nas lutas sociais.

## Referências

ALMEIDA, Ana Nunes. As mulheres e a história da produção. *Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)*, n. 32, 1984, p. 16-22.

ALMEIDA, Ana Nunes. Trabalho Feminino e estratégias familiares. *Análise Social*, XXI (85), 1985, p. 7-44.

ALMEIDA, Ana Nunes. Mulheres e famílias operárias: a 'esposa doméstica'. *Análise Social*, XXVII (120), 1993, p. 105-132.

ALVES, Paulo Marques. Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. *Journal of studies on citizenship and sustainability*, Porto 3: 2017, p. 158-177.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna: de defensora das Luzes a agente contra-revolucionária. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, n. 10, 1988, p. 265-279.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna e as cartas de exílio em Inglaterra. *Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense*, Porto, IV, 1989, p. 327-337.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. Das donas e donzelas d'aquém e além-Douro. *O Tripeiro*, 7 série, ano XVI, v. 3, 1997, p. 79-85.

ASSUNÇÃO, Ana Paula et al. *Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém*. Edição por Museu de Cerâmica de Sacavém; Divisão de Património Cultural; Departamento Sociocultural e Câmara Municipal de Loures. Depósito Legal n. 164787/01, 2001.

BAPTISTA, Virgínia. *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*. Lisboa: CIDM, 1999.



BAPTISTA, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

BAPTISTA, Virgínia. *Proteção e direito das mulheres trabalhadoras em Portugal – As origens do Estado-Providência (1880-1943)*. ISCTE-IUL, Tese de doutoramento, 2012.

BARRADAS, Ana. Feminismo anti-operário. *História*, ano XX, n. 11, 1999, p. 48-55.

BETTENCOURT, Ana Maria. *Mulheres Políticas: as Suas Causas*. Lisboa: Quetzal, 1995.

BLASS, Leila; HIRATA, Helena; SOARES, Vera. Prefácio. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.

BLAY, Eva. *Trabalho domesticado – a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COUTO-POTACHE, Dejanirah. Les origines du féminisme em Portugal. *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle, Actes du Colloque*. (Janeiro-1979). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, p. 449-478.

COVA, Anne. Escrever a História das Mulheres. *Separata de Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais, v. 4, 1999, p. 117-129.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DELILLE, Maria Manuela Gouveia. Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925): Uma alemã, mulher e erudita em Portugal. *Biblos*, LXI, 1985.

DIAS, José Henriques. Mulheres no movimento operário nos alvares da Primeira República. *Faces de Eva*, 3, 2000, p. 61-79.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. vol. I-V.

ESTEVES, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*. Uma Organização Política e Feminista (1909-1919). Lisboa: CIDM, 1991.

FERREIRA, Virgínia. Padrões de segregação das mulheres no emprego: Uma análise do caso português no quadro europeu. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 1993.

FIADEIRO, Maria Antónia. *Maria Lamas (1893-1983), jornalista*. Tentativa e tentação bibliográfica. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

GUIMARÃES, Elina. *Mulheres Portuguesas Ontem e Hoje*. *Cadernos Condição Feminina*, 24, Lisboa: CIDM, 1989.

GUIMARÃES, Elina. *Sete Décadas de Feminismo*. Lisboa: CIDM, 1991.

HANER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas – 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HELENA, Maria; KONING, Marijke de. *Lugares emergentes do sujeito-mulher: viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintassilgo*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

JOAQUIM, Teresa. *As Causas das Mulheres ou a Comunidade infigurável*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

JOAQUIM, Teresa. *O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2007.

LOPES, Ana Maria Costa. Sexo e Género: Algumas notas epistemológicas para a análise da mentalidade no século XIX. *ex æquo*, n. 1, 1999, p. 45-60.

MAGALHÃES, Maria José *et al.* (coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Nova Delphi, 2008.

MARQUES, António Soares. Ana de Castro Osório e a literatura infanto-juvenil (subsídios para um estudo). *Beira Alta*, 1990, XLIX.

MATIAS, Maria Goretti. As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade. *Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)*, v. 32, 1984, p. 23-27.

MATIAS, Maria Goretti. As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865-1890). *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa, n. 9, 1986, p. 7-30.

NUNES, Maria de Fátima. Angelina Vidal e o mundo do Trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. *A mulher na Sociedade Portuguesa*. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, v. 1, 1986, p. 457-465.

PENA, Cristiana. *A Revolução das Feministas Portuguesas* (1972-1975). Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Aberta, Portugal, 1-215, 2008.

PERISTA, Heloísa. Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 2002, 37(163), p. 447-474.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1), 296, jan.-abr., 2009, p. 159-189.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIO-RI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998

RUIVO, Beatriz. A mulher e o poder profissional: a mulher em atividade de investigação científica em Portugal. *Análise Social*, XXII (92-93), 1986, p. 669-680.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1970. (1. ed. 1969).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Os estudos sobre as mulheres: a difícil interdisciplinaridade. *ex æquo*, n. 1, 1999, p. 29-32.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Mulheres portuguesas. Vidas e obras celebradas. Vidas e obras ignoradas. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, v. 4, 1981, p. 37-51.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Heroínas da expansão e descobrimentos. *Cadernos Comissão Feminina*, v. 31, 1989.

SILVA, Maria Regina Tavares da. *A mulher*. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998). Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

TAVARES, Manuela. *Movimentos de Mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

VAQUINHAS, Irene. Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História. *ex æquo*, n. 6, 2002, p. 147-174.